

● REVISTA

INOVA Ciência & Tecnologia

● EDUCAÇÃO

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO E SUA RELAÇÃO COM A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

**Ana Lúcia Araújo Borges¹*



RESUMO: O objetivo geral deste estudo é analisar os processos de escolhas de estudantes pela formação técnica integrada ao Ensino Médio, para saber até que ponto contempla o alcance da continuidade dos estudos, em nível de graduação, bem como à empregabilidade na área técnica escolhida. Pretendemos buscar respostas para três questionamentos. O primeiro deles se refere aos fatores condicionantes pelo ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), enquanto ofertante do Ensino Técnico integrado ao ensino médio. O segundo, se a decisão pelo ingresso na educação superior permanece em cursos da mesma área de atuação profissional alcançada. E, por último, se os estudantes têm interesse em assumirem o mundo do trabalho na área de formação técnica, de forma concomitante ou não com a educação superior. Nesse sentido, este artigo visa oferecer contribuições para uma melhor compreensão e problematização dos objetivos alcançados por essa modalidade de ensino. Na fundamentação teórica, foram ressaltados autores que discursam sobre o desprestígio da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, bem como as mudanças no mundo do trabalho. Nesse contexto, foi elaborado um questionário e aplicado a oitenta estudantes matriculados na educação profissional e tecnológica do IFTM. Os resultados mostraram que a continuidade dos estudos ou a inserção no mundo do trabalho não está diretamente relacionada à formação técnico-profissional. Além disso, a opção pelo IFTM se deve, em sua maioria, aos índices de aprovação nos concursos vestibulares.

* Autor correspondente:
analuciaborjes@iftm.edu.br

Recebido: 23/03/2020
Aprovado: 29/07/2020

Como citar: Borges A.L.A. Cursos técnicos integrados ao ensino médio e sua relação com a inserção no mundo do trabalho. Revista Inova Ciência & Tecnologia / Innovative Science & Technology Journal, 2021;7:e0211095. doi.org/10.46921/riect2021-1095

Editores:

Dr. Adelar Jose Fabian 
Dr. Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes 

Copyright: este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença de atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição, e reprodução em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica. Formação profissional. Trabalho.

TECHNICAL COURSES INTEGRATED TO HIGH SCHOOL OF THE ADVANCED CAMPUS UBERABA TECHNOLOGIC PARK AND ITS RELATIONSHIP WITH INSERTION IN THE WORLD OF WORK

ABSTRACT: The general objective of this study is to analyze the student choice processes for technical training integrated to high school, to know the extent to which it contemplates the continuity of studies, at undergraduate level, as well as employability in the chosen technical area. We intend to seek answers to three questions. The first one refers to the conditioning factors for admission at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), as an offered of Technical Education integrated to high school. The second, whether the decision to enter higher education remains in courses in the same area of professional activity achieved. And, finally, if students are interested in taking on the world of work in the area of technical training, concurrently or not with higher education. In this sense, this article aims to offer contributions for a better understanding and problematization of the objectives achieved by this type of teaching. In the theoretical basis, authors who spoke about the lack of prestige of Professional and Technological Education in Brazil, as well as the changes in the world of work, were highlighted. In this context, a questionnaire was developed and applied to eighty students enrolled in IFTM professional and technological education. The results showed that the continuity of studies or insertion in the world of work is not directly related to technical and professional training. In addition, the option for the IFTM is mostly due to the approval rates in the entrance exams.

Keywords: Professional and technological education. Professional training. Job.

INTRODUÇÃO

As temáticas “trabalho, educação e formação profissional” permitem vários estudos acerca de análises e problematizações. Uma delas seria buscar maiores esclarecimentos sobre os fatores condicionantes pela escolha da área de atuação profissional dos estudantes pelo Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, em especial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), representado por seus diferentes *campi*.

Um dos fatores condicionantes seria a oportunidade de acesso ao Ensino Médio público e de qualidade, o que pode ser evidenciado pelo registro de ranking na liderança dos Institutos Federais em 14 estados nas notas do ENEM/2019 – Exame Nacional do Ensino Médio (BRASIL, 2020a), bem como pelo crescimento de seis por cento no número de matrículas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2020b).

Outro fator condicionante poderia ser a tentativa de obtenção por uma formação omnilateral, enfatizada por Antônio Gramsci e com menções na obra marxiana. Além de outras possibilidades, como por exemplo, o aproveitamento do sistema de cotas sociais para a educação superior ou também pela oportunidade em obter uma formação profissional em nível técnico.

No entanto, não basta a escolha, mas também a aprovação no processo de seleção que é composto por exames objetivos, o que torna a disputa menos democrática, ao partir do pressuposto das diferenças e carências educacionais dos estudantes oriundos de escolas públicas, em geral, deficitárias.

Nesse contexto, há de se considerar também os altos níveis de concorrência, que já alcançaram patamares de 70 candidatos por vaga, em especial, após os resultados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes – PISA, em 2010 (OCDE, 2010) que mostrou os colégios militares e institutos federais, isoladamente, apresentando desempenhos superiores aos alcançados por França, Estados Unidos, Israel e Canadá.

E assim sendo, surge a necessidade de compreender melhor o contexto, em especial, para a busca de respostas ao questionamento sobre a continuidade de estudos, em nível de graduação, na mesma área de formação técnica ou não, bem como pelo enfrentamento no mundo do trabalho.

Uma vez que o mundo do trabalho oferece condições desiguais de inserção, por serem essas mesmas condições pautadas nos ditames capitalistas e no discurso neoliberal que culpa os desempregados pela falta de capacitação ou competências.

Nessa perspectiva, este estudo tem o objetivo geral de analisar os processos de escolhas de estudantes pela formação técnica integrada ao Ensino Médio, para saber até que ponto contempla o alcance da continuidade dos estudos, em nível de graduação, bem como à empregabilidade na área técnica escolhida.

Corroborando com este objetivo geral, convém citar Sennett (1999, p. 10-11) ao enfatizar:

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível (SENNETT, 1999, p. 10-11).

Para tanto, este estudo irá oferecer no referencial teórico, fundamentos que, em um primeiro momento, mostrem a trajetória da educação profissional no Brasil, até os anos oitenta, para que posteriormente enfatize, a partir dos anos noventa, o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, buscando mostrar a dualidade do sistema, a questão da formação omnilateral, empregabilidade e discurso capitalista.

Nessa linha de raciocínio, convém lembrar que:

Uma das grandes ironias da história é o fato de estar surgindo um empregado autônomo que, de fato, é dono dos meios de produção. Os novos meios de produção, no entanto, não se encontram na caixa de ferramentas do artesão, ou na maciça maquinaria da era das chaminés. Eles estão, em vez disso, estalando no interior do crânio do empregado (TOFFLER, 1990, p. 238-239).

E assim, de acordo com o exposto acima, fica justificado este estudo, como oportunidade para se desvendar o fenômeno da educação no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio aliado às transformações no mundo do trabalho.

TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A formação do trabalhador, no Brasil, foi marcada desde o início pelo estigma da escravidão e da servidão, pois os primeiros aprendizes de alguma forma de ofício foram os índios e os escravos (GARCIA, 2000).

Nesta lógica, “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68), agravada também por meio da diferenciação educacional oferecida pelos jesuítas. Por um lado, aos índios e escravos que aprendiam ofícios e, por outro lado, aos homens brancos que recebiam educação intelectual.

Entretanto, a partir de 1693, a aprendizagem de ofícios passou a ser mais valorizada, devido à criação dos Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil. E, também devido à criação das Casas de Fundação e da Moeda, com a descoberta de ouro na região do Rio das Velhas, o que gerou a necessidade de um ensino especializado, bem como da avaliação de habilidades dos aprendizes por meio de uma banca examinadora para aprovação ou não ao desempenho do ofício.

No entanto, o desenvolvimento tecnológico da colônia, capaz de promover e impulsionar a formação dos trabalhadores foi interrompido por meio da proibição, em 1785, da existência de fábricas no Brasil, como medida para manutenção da dependência a Portugal. O que só foi revertido em 1808, com a vinda da família real para o Brasil e consequente abertura dos portos ao comércio, e a criação do Colégio das Fábricas com o objetivo de atender os artistas e aprendizes portugueses, representando dessa forma, a primeira forma de estabelecimento do poder público no país (GARCIA, 2000).

Considera-se importante ressaltar que em 1889, existiam 636 fábricas com predominância de relações de trabalho rural, pré-capitalistas e agrário-exportadoras (BRASIL, 2009).

Quanto à tentativa de organização do ensino foi criada a Escola de Belas Artes, em 1890, para estudo de desenhos relacionados às artes e aos ofícios.

Outra forma de organização estabelecida foi a criação das “Casas de Educandos e Artistas”, que tinha como objetivo reduzir a violência a partir do atendimento a menores carentes, sendo que “além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros” (BRASIL, 2009).

Até que em 1909, por meio do Decreto nº 7.566 (BRASIL, 1909), Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro, cria as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional, primário e gratuito. Salienta-se que o ano de 1909 se configura como marco da consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, pelos seguintes acontecimentos:

Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.

A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”.

Três anos mais tarde, com a morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina o Decreto nº 7.566 que inaugurou oficialmente o ensino técnico, primário e gratuito desenvolvido inicialmente por dezenove Escolas de Aprendizes Artífices,

subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e propagadas pelo território nacional (BRASIL, 2009).

A partir dos anos trinta, com a posse de Getúlio Vargas, foram promulgadas legislações que trouxeram contribuições ao ensino técnico, em especial no comércio, em 1930, por meio da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) e em 1942, pela Reforma implementada por Gustavo Capanema (BRASIL, 1942), as quais foram responsáveis por instituir “os aportes oficiais necessários para a sistematização do ensino profissional comercial no país” (CINTRA, 2009, p. 242).

Outros desdobramentos que merecem destaque, nesse cenário, surgiram a partir de 1942, quando a partir do Decreto nº 4.127, de 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices se transformam em Escolas Industriais e Técnicas, equivalentes ao Ensino Médio. Naquela época, os estudantes formados e oriundos dos cursos mencionados, obtinham autorização para o ingresso no ensino superior, contanto que fossem na mesma área de formação.

Até que em 1959, ocorreu a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais com o ganho de autonomia didática e de gestão o que contribuiu para a intensificação da formação de profissionais técnicos, os quais foram essenciais no processo de industrialização nos anos vindouros.

Em 1978, a partir da Lei nº 6.545, as Escolas Técnicas Federais, localizadas nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são transformadas em CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica.

No que se refere aos anos oitenta, momento de redemocratização do Brasil, convém ressaltar que foi caracterizado pela tendência à sociabilização do poder político em torno de muitos debates relacionados à reestruturação do sistema educacional no país no que tange à universalização da educação, à garantia da qualidade no ensino e conquista da cidadania por parte dos estudantes. Nesse novo contexto, os projetos políticos deveriam ser pautados na formação de cidadãos participativos, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres.

O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) trouxe, como principal mudança no cenário educacional, divisão em dois níveis básicos: a Educação Básica e a Educação Superior. Assim, por Educação Básica são compreendidos os nove anos do Ensino Fundamental somados aos três anos do Ensino Médio.

Importante realçar que a educação profissional foi tratada em um capítulo à parte, ou seja, a mesma não fez parte da estrutura educacional regular brasileira, sendo citada no artigo 40 da seguinte forma: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

Até que o Decreto nº 2.208/97 determinou que “a educação profissional terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio” (BRASIL, 1997).

Entretanto, com a ampliação do debate sobre o decreto mencionado e sua separação obrigatória entre o Ensino Médio e a educação profissional, em especial, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicado o Decreto nº 5.154/04 (BRASIL, 2004), que revogou o decreto nº 2.208/97 e a Resolução nº 04/99, que regulamentava a oferta de cursos técnicos no teor do Decreto nº 2.208/97, assim como trouxe novamente a possibilidade de integração entre o Ensino Médio e a educação profissionalizante. Com isso,

O Decreto nº 5.154/04 dispõe sobre a perspectiva de conferir uma identidade que possa contribuir para a formação integral dos estudantes, capaz de superar a dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica e/ou formação instrumental – para os pobres e desvalidos da sorte – versus formação acadêmica – para os filhos da elite (VIAMONTE, 2011, p. 44).

Neste sentido, diante da realidade brasileira, a formação integral dos estudantes visa garantir a educação fundamentada na formação humana integral, alicerçada pelo trabalho, ciência, tecnologia e cultura, de forma omnilateral e politécnica. Em outras palavras, Viamonte (2011, p.41) ainda ressalta que:

O Ensino Médio, que tinha como objetivo o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando, perde sua identidade. Pois, de um lado, grande parte das escolas privadas concentra seus esforços em preparar os estudantes para os exames vestibulares e, de outro, as escolas públicas não foram capazes de organizar uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural entre cultura geral/cultura técnica e formação instrumental (VIAMONTE, 2011, p. 41).

Partindo dessas considerações, é possível ressaltar a importância do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, entretanto, com foco na formação humana e superação dos problemas estruturais presentes na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, “a escola brasileira, antes de resolver a dicotomia educação/trabalho no seu interior, referenda, através do seu caráter seletivo e excludente, essa separação” (KUENZER, 1997, p. 20).

A esse respeito, Magalhães e Castioni (2019) ressaltaram que outros países foram mais bem sucedidos na tarefa de conciliar os estudos com as ofertas da educação profissional e tecnológica com o mundo do trabalho.

Assim, para que os objetivos da educação profissional e tecnológica no Brasil sejam alcançados é necessário o entendimento sobre até que ponto a oferta do ensino técnico está atendendo as necessidades do mercado. Além disso, diplomas técnicos podem estar sendo engavetados e inutilizados, ora pelo desprestígio na atuação profissional, ora pela falha em oferecer

cursos que atendam às novas exigências do mercado de trabalho.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Anteriormente, buscou-se mostrar que a trajetória histórica da Educação Profissional sofreu inúmeras alterações, perpassando desde a consideração estigmatizada do trabalho, como forma assistencialista, até a busca pela superação dos discursos anteriores por meio do discurso da inclusão social e democratização de acesso ao ensino, em especial, quanto ao ensino técnico integrado ao Ensino Médio.

Considera-se relevante este terceiro item para ressaltar as transformações e o discurso presentes no mundo do trabalho. Isso porque, caso os estudantes do ensino técnico não sejam absorvidos pelo mercado, será inculcado nos mesmos o discurso de que não encontraram emprego devido à falta de qualificação para atender as exigências do mercado.

A nova realidade produtiva e nova reorganização dos processos de trabalho ganham complexidade (CIAVATTA FRANCO, 1998), pois além da qualificação exigida, que pode ser representada pela conclusão de um ensino técnico integrado ao Ensino Médio, surge a emergência do modelo de competências. Modelo este que parte da necessidade de “tornar o processo educativo em espaço de formação de um indivíduo que se identifique diretamente com os interesses da produção, como se estes fossem os seus próprios” (SOUZA, 2008, p. 119).

Dessa forma, se um indivíduo não alcança a empregabilidade significa que ele deve se qualificar mais e se, mesmo assim, não conseguir sua inserção no mercado de trabalho significa que faltam nele competências, ou seja, características pessoais que tornam alguns indivíduos mais empregáveis que outros.

Quanto a isso, a psicologia discursa que as competências, bem como as habilidades não são natas, ou seja, podem ser desenvolvidas, caso o indivíduo busque formas, como por exemplo, a partir de cursos, terapias e assim por diante, com o intuito de atender às exigências do mercado.

Nessa perspectiva, convém que sejam ressaltadas as mudanças no desenvolvimento das carreiras profissionais, ou seja, de trabalhadores especializados desde Taylor a Ford até passar para o empregado polivalente e multifuncional na mobilidade e administração da própria carreira. E ainda fica entendido também no gerenciamento das organizações a partir da teoria contingencial que o profissional deve ser dinâmico e ter flexibilidade para agir de diferentes formas em conformidade com as situações que vão se apresentando, situações estas adversas e em rápido processo de mudanças.

Assim, é possível perceber a velocidade das mudanças no mercado de trabalho, sendo que a educação, neste processo, não é capaz de acompanhar tais transformações e nem tão pouco prover os estudantes qualitativamente nesse sistema que termina por reve-

lar o interesse empresarial, visto que este tem controle sobre as ações e desempenho e fragilidades das instituições de ensino.

A partir de tal consciência e amparado no sistema de ideias de que investimento no sistema educacional traria resultados satisfatórios para suprir a necessidade de qualificação e desenvolvimento da mão-de-obra, sendo assim, visualizada a educação como a salvação para a resolução dos problemas da sociedade contemporânea. Assim, permanece a contradição: a educação deve servir à sociedade ou aos interesses do empresário? Empresariado este que lucra com o aumento da demanda ao invés da oferta de mão-de-obra e culpabiliza os indivíduos pela incapacidade de enfrentamento do desemprego estrutural.

É importante salientar ainda as mudanças na configuração do trabalho, com variabilidades desde os espaços para se trabalhar, os regimes de dedicação do tempo, os prazos dos contratos, as formas de contratação e uma significativa redução no número de indivíduos diretamente empregados; tudo isso leva ao fortalecimento dos empresários e a perda de autonomia das representações de classe (CARVALHO NETO, 2001). O que termina por configurar-se na precarização do trabalho e no aumento potencial do número de desempregados.

O objetivo geral deste estudo é analisar os processos de escolhas de estudantes pela formação técnica integrada ao Ensino Médio, para saber até que ponto contempla o alcance da continuidade dos estudos, em nível de graduação, bem como à empregabilidade na área técnica escolhida.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi construído a partir da sustentação do materialismo histórico dialético, ao investigar o fenômeno e contradições existentes nos processos de formação dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

Foram consideradas as condições de formação e as contradições existentes no processo educacional e as contradições existentes entre a escolha por um curso superior ou o mundo do trabalho, condizentes e coerentes com o curso técnico escolhido.

Para tanto, foram aplicados oitenta questionários a estudantes matriculados no terceiro ano de diferentes cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, durante o mês de novembro de 2018. Foram realizadas três perguntas fechadas, sendo a primeira: "Por qual motivo o estudante havia optado por cursar o Ensino Médio no Instituto Federal do Triângulo Mineiro?".

Em conformidade com o referencial teórico, as respostas dadas à primeira pergunta atenderam ao prestígio da instituição escolar; às classificações anteriores no Enem; à gratuidade; à integração com o ensino técnico; ao fato de ser integral e pela formação técnica e possibilidade de inserção no mundo do trabalho.

Na segunda pergunta, buscou-se saber se, com a eminente conclusão do curso, a escolha pelo curso

superior estava diretamente relacionada ao curso técnico cursado. E, na terceira e última pergunta, se existia a possibilidade de optar por trabalhar na área técnica diplomada, de forma concomitante ou não com o ensino superior.

Em relação a segunda e a terceira perguntas, as possíveis respostas eram: sim ou não. Também foi aplicado um questionário sócio demográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As características sócio demográficas da amostra de estudantes matriculados no terceiro ano de diferentes cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, durante o mês de novembro de 2018 são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 01- Características sócio demográficas dos estudantes - IFTM, 2018

Características da Amostra	N = 80
Sexo Masculino, n (%)	54
Sexo Feminino, n (%)	46
IDADE:	
Média (DP)	17
Mediana	16,5
Percentil 25-75	17-18
Idade Mínima	16
Idade Máxima	22
ENSINO FUNDAMENTAL:	
Escola Pública: n (%)	89
Escola Privada: n (%)	11
RENDA FAMILIAR:	
Até três salários mínimos, n (%)	83,2
De três a dez salários mínimos, n(%)	16,0
Acima de 10 salários mínimos, n(%)	0,8

Fonte: Elaborado pela autora em julho de 2020.

Em relação à primeira pergunta: "Por qual motivo o estudante havia optado por cursar o Ensino Médio no Instituto Federal do Triângulo Mineiro?", foram obtidos os seguintes resultados:

- prestígio dos Institutos Federais: 11 respostas;
- pontuações no Enem: 47;
- gratuidade: 12;
- integração com o ensino técnico: 8;
- por ser em período integral: 2;
- pela formação técnica e possibilidade de inserção no mundo do trabalho: 0.

Na segunda pergunta: "Se, com a eminente conclusão do curso, a escolha pelo curso superior estava relacionada ao curso técnico cursado?", foram obtidos os seguintes resultados: 62 afirmaram que sim e 18 afirmaram que não.

E, por último, em relação à terceira pergunta: "Se existia a possibilidade de optar por trabalhar na área

técnica diplomada, no término do Ensino Médio, de forma concomitante ou não com o estudo universitário?”, as respostas obtidas foram: 02 responderam que sim e 78 responderam não.

Os dois estudantes que responderam de forma positiva, afirmaram que buscariam formas de se trabalhar na área e cursar o ensino superior, de forma concomitante. Sendo importante salientar que não houve questões anuladas.

O referencial teórico demonstrou a trajetória histórica da falta de prestígio pelos cursos técnicos, como formação no Ensino Médio, médio, falta de prestígio arraigada em nossa cultura.

Os resultados deste estudo mostraram que a oferta de formação técnica integrada ao ensino médio, no universo pesquisado de oitenta estudantes, não confere com a suas escolhas em assumirem tal formação no mundo do trabalho e nem mesmo à continuidade dos estudos na mesma área de formação técnica.

Assim, a opção pela formação técnica foi pontuada, na maioria dos casos, como um “mal necessário” para o ingresso em uma instituição que ofereça oportunidade de inserção no curso superior, representada pelo IFTEM.

Sabemos que o governo federal incentiva o ensino técnico como forma de aquisição de mão de obra e desenvolvimento profissional, entretanto, devido à cultura de desprestígio da formação técnica, percebemos que a oferta de ensino técnico não está diretamente relacionada à formação de profissionais para o mundo do trabalho.

Esperamos que as contradições apresentadas neste artigo possam sugerir discussões e intervenções com o objetivo de superar limites e apresentar possibilidades para essa modalidade de ensino.

CONCLUSÕES

Os resultados mostraram que a continuidade dos estudos ou a inserção no mundo do trabalho não está diretamente relacionada à formação técnico-profissional. Além disso, a opção pelo IFTEM se deve, em sua maioria, aos índices de aprovação nos concursos vestibulares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crê nas captaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. D.O.U., Brasília, DF, 23 set. 1909, p. 6975. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil [D.O.U.]**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Seção 1. p.7760. Revogada pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-norma-pe.html>>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil [D.O.U.]**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 19 set. 2021

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil [D.O.U.]**, Brasília, DF, 1 maio 1931, p.6945. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil [D.O.U.]**, Brasília, DF, 10 abr. 1942. Seção 1. p.5798. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil [D.O.U.]**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores educacionais e dados consolidados Enem 2019**. Brasília, 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>>. Acesso em 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**: documento base. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha. **PNP 2020**: ano base 2019. 2020b. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>>. Acesso em: 20 jul. 2020. (Substitui citação Plataforma Nilo Peçanha, 2020)

CARVALHO NETO, A. **Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CIAVATTA FRANCO, M. Qualificação, formação ou educação profissional: pensando além da semântica. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 13 n. 51 jul./set. 1998.

CINTRA, É. P. de U. Cursos comerciais em colégio católico feminino: uma aparente contradição? **Educar em Revista**, Curitiba, v.25, n. 33, p. 235-252, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15121/10136>>. Acesso em: 19 set. 2021.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, S. R. de O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. 2000. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23º., 2000, Caxumbú, MG. **[Anais....]**. Caxambú, MG, 2000. Trabalho apresentado. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/o-fio-da-historia-genese-da-formacao-profissional-no-brasil>>. Acesso em: 19 set. 2021.

KUENZER, A. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

MAGALHÃES, G. L.de; CASTIONI, R. Educação profissional no Brasil: expansão para quem? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 732-54, out./dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362019002701647>.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **PISA 2009 results**: overcoming social background: equity in learning opportunities and outcomes. Paris, 2010. (OECD Publications; v.2). <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264091504-en.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2021.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, L. M. A nova (e precária) configuração da classe trabalhadora no capitalismo monopolista. In: LUCENA, Carlos Alberto (Org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

VIAMONTE, P. V. S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun. 2011.